

PENSAR A INTERSECCIONALIDADE PARA DESARTICULAR HIERARQUIAS DE OPRESSÃO: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO FEMINISTA E A RELAÇÃO ENTRE RAÇA E GÊNERO

Bibiana de Paiva Terra

Mestra em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), bibianaterra@yahoo.com

Gabriela Maria Barbosa Faria

Mestranda em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), gabbibarbosaf@gmail.com

Larissa Faria de Souza

Mestranda em Direito, com ênfase em Constitucionalismo e Democracia, pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM), larissa_faria_souza@hotmail.com

Resumo

Ao longo da história mulheres brancas, negras e de classes diversas foram oprimidas de diferentes maneiras. Diante disso, é necessário compreender que o movimento feminista precisa ser analisado para além das questões de gênero, pois a misoginia não é a única opressão sofrida pelas mulheres. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a necessidade de se pensar a interseccionalidade para desarticular hierarquias de opressões tais como a de gênero e raça. Se um dos objetivos do feminismo é a busca por uma sociedade sem hierarquia de gênero, com direitos iguais para homens e mulheres, existindo mulheres que para além dessa opressão, também sofrem outras opressões raciais e de classe, é necessário incluir

e pensar as intersecções como uma necessidade do movimento feminista. Para realizar esse trabalho foi adotada a metodologia da pesquisa bibliográfica, sendo que o seu referencial teórico foi construído a partir de importantes teóricas feministas como Angela Davis, Djamila Ribeiro, bell hooks, dentre outras. No que tange aos resultados dessa pesquisa, foi possível concluir que a questão de gênero associada a questão racial, representa um componente que agrava as dificuldades e opressões enfrentadas pelas mulheres negras e, conseqüentemente, essas mulheres sofrem opressões duplamente, por serem mulheres e por serem negras. Diante disso, a importância de se pensar em recortes de raça e gênero é fundamental para que não haja hierarquia de opressões.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Feminismo, Gênero, Raça, Mulheres.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, e ainda hoje, o movimento feminista, de maneira ampla, afirmou que todas as mulheres são oprimidas. Essa afirmação está correta, elas são. No entanto, esse tipo de afirmativa costuma deixar de considerar importantes fatores como raça, classe, orientação sexual, nacionalidade, entre tantos outros. Isso porque o sexismo é, sem dúvidas, um sistema de dominação institucionalizado, porém, este nunca foi capaz de determinar, unicamente, o destino das mulheres (HOOKS, 2019, p. 32).

Nesse contexto, o termo “mulher” usado nos discursos das feministas se referia apenas às experiências das mulheres brancas, de classe média ou alta e heterossexuais, como se essa fosse uma totalidade. No entanto, é preciso compreender que esse tipo de discurso acaba por excluir e silenciar a existência individual de muitas mulheres (DAVIS, 2016, p. 43-56). Assim, nesse contexto, o feminismo acreditava que podia definir uma categoria universal da mulher, ignorando suas especificidades e intersecções.

Nesse sentido, é preciso compreender a necessidade de se retirar determinadas pautas feministas da invisibilidade e analisá-las sob uma perspectiva interseccional, que leve em consideração as opressões não apenas de gênero, mas também de raça. Desse modo, será então possível abandonar análises simplistas e romper com o discurso da “mulher universal”, que serve apenas para manter a estrutura patriarcal da sociedade e continuar oprimindo mulheres.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a necessidade de se pensar a interseccionalidade para desarticular hierarquias de opressões tais como a de gênero e raça. Se um dos objetivos do feminismo, de maneira ampla, se constitui na busca por uma sociedade sem hierarquia de gênero, com direitos iguais para homens e mulheres, existindo mulheres que para além dessa opressão, também sofrem outras opressões raciais e de classe, é necessário incluir e pensar as intersecções como uma necessidade do movimento feminista. Para tanto, nos estreitos limites desse trabalho, primeiramente será apresentada uma breve história do feminismo e das mulheres negras; a seguir, será abordado acerca da necessidade de um olhar que ultrapasse as questões de gênero e também considere

as opressões raciais, dando ênfase na importância de se pensar a interseccionalidade diante da sobreposição de opressões.

A realização dessa pesquisa justifica-se pela importância que é inerente aos estudos que versem quanto a temática da igualdade de gênero e da interseccionalidade, bem como pela necessidade de trabalhos que discutam este conceito frente as questões específicas que lhe são concernentes. Para tanto, é utilizada como metodologia a realização de pesquisa de natureza exploratória, por meio de adoção do método bibliográfico, vez que este diz respeito à parte dedicada à contextualização teórica do problema e a sua relação com o que já tem sido investigado a seu respeito.

1. Mulheres negras e o feminismo

Nos Estados Unidos, assim como em diversos outros países do mundo, o final da década de 1960 foi um período em que o movimento feminista começou a ganhar maior notoriedade, juntamente com o crescimento de um grande número de manifestações sociais. Paralelamente, o meio intelectual também passou a se voltar para essa questão, sendo que aqui pode-se destacar duas obras importantes: “O Segundo Sexo” de Simone Beauvoir e “A mística feminina” de Betty Friedan.

Embora a década de 1960 tenha possibilitado grandes discussões quanto às questões feministas, deve se considerar que há muito tempo as mulheres lutavam pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Os primeiros passos para a construção do movimento feminista estava ganhando forma e novas frentes de manifestações foram surgindo.

A vertente do movimento feminista negro tem como algumas importantes ativistas e pesquisadoras afro-americanas Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, bell hooks¹, Patrícia Hill Collins e Angela Davis. A sua origem, durante o movimento conhecido como *Black Feminism* (Feminismo Negro), resultou em diversas reivindicações de mulheres negras contra a prática de um movimento feminista hegemônico, que não incluía a questão racial nas pautas reivindicatórias.

1 O nome de bell hooks será escrito em letras minúsculas neste artigo, pois é assim que a autora Gloria Jean Watkins, que adota o nome de sua bisavó materna, se apresenta.

As feministas negras da época apontavam para o fato de que tanto os Movimentos Feministas quanto o Movimento Negro falharam ao negligenciar as peculiaridades das mulheres negras. O Movimento Negro, vinha demonstrando desinteresse em combater o sexismo, excluindo de debates e análises a questão de gênero. Em geral, argumentavam que, se as questões raciais fossem resolvidas, automaticamente as dificuldades pelas quais as mulheres negras passavam desapareceriam por consequência. Assim, as questões raciais ocupavam historicamente um lugar hierárquico superior às questões de gênero dentro do Movimento Negro (DAVIS, 2018, p. 23).

Essa opressão não se limitava tão somente à figura masculina, a mulher negra também estava em posição servil perante a mulher branca. Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, as mulheres negras carregavam o peso da escravidão e eram postas em uma posição de subordinação (HOOKS, 2018, p. 19).

Assim, nesse contexto, o movimento feminista, a partir das mulheres negras, buscou apresentar que as questões de raça associavam-se unicamente ao homem negro, e as questões de gênero unicamente a mulher branca. As experiências das mulheres negras não se inseriam nem no ser mulher nem no ser negro. Desse modo, pode-se afirmar que as mulheres negras não conseguiam ter voz dentro desses movimentos sociais.

O feminismo da época, moldado tão somente por uma supremacia branca, negligenciava as questões das mulheres negras, pois acreditavam que essas eram pautas muito específicas e que combater as opressões de gênero, no momento, era mais importante. As feministas brancas universalizaram as suas experiências e reduziram estas as necessidades de um único grupo de mulheres. Focavam exclusivamente na questão da dominação masculina. Isoladas em sua realidade particular, essas mulheres não buscavam a igualdade social para todas as mulheres.

As feministas brancas da época não conseguiam enxergar o fato que, enquanto a mulher branca é oprimida pelos homens, ela também tem privilégios de raça, o que dá poder para oprimir outras mulheres, com relação a gênero e raça, e também a oprimir homens negros, com relação a raça. O homem negro, por sua vez, ao mesmo tempo em que luta para acabar com o racismo, também age como opressor contra as mulheres negras no sentido de gênero. E por último

as mulheres negras, que sofrem tanto pela sua raça quanto por seu gênero (HOOKS, 2015, p. 208).

No início da década de 1990 passou a ser identificado um novo período do movimento feminista, de forma que o próprio passou a ser criticado, sobretudo com relação ao fato de que apenas as experiências que representavam mulheres brancas e de melhores classes sociais eram consideradas. Ou seja, até o momento, pouco se falava sobre as opressões sofridas pelas mulheres negras (HOOKS, 2018, p. 70). Devido ao privilégio racial, as feministas brancas dominavam o movimento feminista com pautas que abarcavam somente as suas iguais, raramente se questionando sobre mulheres que não faziam parte da mesma realidade (HOOKS, 2015, p. 195).

Naquele período, o relacionamento entre mulheres brancas e mulheres negras era carregado de tensões. As mulheres brancas que não queriam encarar a realidade do racismo, e assim acusavam as mulheres negras de serem traidoras por terem introduzido a questão de raça nas pautas do movimento feminista. De acordo com elas, estariam desviando o foco da questão principal, qual seja, a opressão de gênero (HOOKS, 2015, p. 71).

Sojourner Truth, importante ex-escrava abolicionista, em seu discurso “E eu não sou uma mulher?”, proferido em 1851, na Convenção de Direito das Mulheres na cidade de Ohio, já havia apontado para as especificidades das experiências das mulheres negras, questionando a existência de uma categoria universal de mulher. (AKOTIRENE, 2014, p. 30) Naquela ocasião, ela disse para uma plateia composta majoritariamente por homens brancos:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu ari e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para

a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?²

Sojourner questiona em seu discurso a diferença de apontamentos entre mulheres brancas e negras, na qual, o primeiro grupo é visto como delicado, que precisa de proteção e de cuidado, enquanto o segundo é subjugado, inferiorizado e silenciado. Ou seja, Truth já enunciava que a situação da mulher negra era completamente diferente da mulher branca. Enquanto as mulheres brancas reivindicavam o direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para conquistarem um *status* mínimo de humanidade (RIBEIRO, 2018, p. 52).

Diante disso, importa destacar que as mulheres de minoria étnica enfrentam a opressão sexista de um modo diferente, sendo que esta reflete a realidade e a complexidade das interconexões entre opressões. Sendo assim, enquanto as experiências das mulheres brancas de classe média com as opressões sexistas incorporam uma forma relativamente isolada dessa opressão, as mulheres negras o vivenciam em um cenário estruturalmente racista e sexista (DAVIS, 2017, p. 29).

É importante resaltar que as intervenções em relação à raça não destruíram o movimento feminista, como achavam as feministas brancas da época, pelo contrário, o fortaleceram. Superar a negação de raça ajudou mulheres a encarar a realidade e, assim, finalmente construir um movimento que não colocava o interesse das mulheres brancas, muitas vezes privilegiadas também por sua classe social, acima dos interesses de todas as mulheres. Na compreensão de bell hooks, uma revolução feminista não acabará com a opressão sexista se não acabar também com o racismo, o elitismo e o imperialismo, pois não há liberdade se a maioria das mulheres não couber nela (HOOKS, 2019, p.15).

Diante dessa compreensão torna-se possível afirmar que se um dos objetivos do movimento feminista é a busca por uma sociedade igualitária, o feminismo também precisa ser compreendido a partir das

2 Esse discurso foi proferido por Sojourner Truth na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de um dos presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, pois seriam frágeis. A versão mais conhecida foi recolhida pela abolicionista e feminista Frances Gage e publicada em 1863 (GELEDÉS, 2009).

noções de raça e não apenas de gênero. Ao longo da história mulheres brancas e negras foram oprimidas de maneiras diferentes. Assim, o conceito de interseccionalidade permite dar visibilidade às múltiplas formas de “ser mulher” sem reduzi-las a um modelo universal (TERRA; SOUZA, 2021, p. 18).

2. Um olhar além do gênero: pensar a interseccionalidade diante da sobressposição de opressões

O termo interseccionalidade foi apresentado à academia no final da década de 1980, pela autora afro-americana Kimberlé Crenshaw, de modo a expressar como a luta das mulheres negras se expandia aos discursos feministas e antirracistas, à medida que vários eixos de desigualdade as colocavam em um ponto de cruzamento das mais variadas opressões. Essa teoria pode ser apresentada a partir da ideia de que “diferentes grupos sociais estão em posições vulneráveis, pois sofrem múltiplas e simultâneas opressões e, assim, se encaixam em mais de um tipo de identidade que é historicamente subordinada” (TERRA; SOUZA, 2021, p. 19). Deste modo, podemos compreender as opressões como oriundas de imposições de gênero, raça, classe, nacionalidade, sexualidade, e que conjuntamente interferem e determinam nas experiências vivenciadas por diferentes mulheres. Assim aduz Crenshaw (2002, p. 177):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Ainda que o termo que nomeou essa visão ampla das opressões tenha sido apresentado pela referida autora, insta salientar, que aquela não foi a primeira a expor como as pautas feministas se

mostravam excludentes às mulheres que não se encaixavam ao seu padrão – branca, heterossexual, casada, com formação acadêmica, de classe média alta. Grupo que se mostra restrito quando se observa a pluralidade das mulheres.

Aquele modo de pensar que fundamentou a união de mulheres com estratégias organizadas, cujo um dos objetivos seria a eliminação do patriarcado, mostrou-se, em verdade, o fundamento de um movimento no qual se afirma que todas as mulheres são oprimidas, como se estas partilhassem de um destino comum, indiferente às experiências vivenciadas por cada uma delas. O “individualismo liberal competitivo e isolador” municiou mulheres burguesas a constituírem o feminismo excludente, unicamente voltados a seus interesses específicos, e acabou por negligenciar e silenciar mulheres cuja base estratégica postava-se diferente (HOOKS, 2019, p. 4).

Antes mesmo de o termo interseccionalidade ser cunhado, integrantes do feminismo negro propuzeram visões mais extensas à ideia que, até então, se tinha de feminismo, muitas delas claramente com viés interseccional. No dossiê “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória” a professora da Universidade de Maryland, Patricia Hill Collins, apresenta trabalhos que já haviam sido produzidos sob essa ótica, como é o caso do volume editado por Toni Cade Bambara nos anos 1970, *The Black Woman*, no qual tomada uma postura implicitamente interseccional, à medida que anuncia às mulheres negras que não teriam sua liberdade sem estarem cientes de que raça, gênero e classe estavam interligados. Collins elucida que a referida produção destinou-se ao público em geral, não diretamente à academia e, muito embora, seja pioneiro e de extrema importância à teoria da interseccionalidade, acabou por ser negligenciado (COLLINS, 2017).

No ano de 1980, foi publicado um manifesto intitulado “*A Black Feminist Statement*” de autoria do Coletivo Combahee River, formado por algumas mulheres negras da cidade de Boston. O documento apontou como imprecisas as perspectivas nas quais se considerasse apenas uma identidade historicamente subordinada, haja vista, que as experiências das mulheres negras se moldavam a partir de opressões simultâneas, advindas de sua classe social, gênero, raça, sexualidade, etc, e, portanto, exigindo-se respostas que contivessem os sistemas diversos de opressões (COMBAHEE-RIVER-COLLECTIVE. 1995, p. 232-240).

Há de ser salientado que a própria ideia do feminismo negro acaba por surgir como uma resposta àquelas que defendiam a libertação das mulheres sob uma visão comum de opressão, crença esta professada por mulheres brancas e burguesas que expunham noções mascaradas da realidade social complexa a que as mulheres estavam inseridas. Muitas mulheres negras deixaram de aderir ao movimento feminista branco justamente por crerem que este apenas recepcionaria interesses da mulher branca de classe média alta, dando-se à custa de todas as outras mulheres de classes trabalhadoras, das quais grande parte era negra (HOOKS, 2019, p. 34-37).

As dificuldades metodológicas práticas da condução das identidades interseccionais acabavam por manter apartados movimentos revolucionários como o feminismo e o antirracismo, como se estes se encontrassem em fluxos distintos, deixando, assim, de observar contextos de colisões, entrecruzamento de estruturas, frequências e discriminações interseccionais, o que pode ser visto com clareza no caso Emma DeGraffenreid, no qual a trabalhadora e algumas outras mulheres negras processaram a empresa *General Motors*, sob a alegação de discriminação e segregação, quando os funcionários negros contratados eram apenas homens e, as mulheres, apenas brancas. Naquele momento a Corte Americana negou o pedido das autoras alegando que a Empresa não se mostrava racista, pois contratava homens negros, assim como não sexista, haja vista que também contratava mulheres. Ainda, mencionou-se que o pleito baseado sob esse ponto de vista dual, lhe atribuiria vantagem de dupla oportunidade (AKOTIRENE, 2019, p.34 -37).

O caso Degraffenreid elucidava a ideia do pensar interseccional, quando mulheres que se encontrem posicionadas nesses pontos de tangências são atingidas por simultâneas opressões. Crenshaw preleciona que uma visão corrente das discriminações tende a suprimir sobreposições de opressões, de modo que, quando nos deparamos com mulheres a quem as discriminações raciais, sociais e de gênero atuam concomitantemente, desconsideramos tais interseccões e analisamos as subordinações separadamente, muito embora, aquelas opressões continuem marcando a vida da mulher de forma conjunta (CRENSHAW, 2004, p. 10-12).

É com base nesse pensar que o conceito de interseccionalidade possibilita abranger as múltiplas formas de “ser mulher”, afastando as ideias que às reduz a um modelo universal de mulher. Ademais,

ampliando as vistas da interseccionalidade para além do pensar feminista, podemos compreendê-la, inclusive, de modo sociológico, em que pese permitir estudos das interações das estruturas de poder no viver das minorias, (AKOTIRENE, 2019, p. 34-35) como de outros povos marginalizados que enfrentam todo tipo de dilema e desafio como consequência da interseccionalidade, intersecções de raça, gênero, heterossexismo, transfobia, xenofobia, discriminação pela condição física e todas as dinâmicas sociais que se unem criando desafios bastante únicos.

Partindo dessa visão, compreende-se que abordar a interseccionalidade é abordar também o feminismo negro, sobretudo quando dentre suas contribuições o questionar à noção universalizada de se priorizar a erradicação do sexismo, como se estivéssemos diante de uma hierarquia de opressões.

As pautas de gênero, racismo, sociais, xenofobia, homofobia acabam por entrar em conflitos à medida que cada uma padece como se única fosse, chegando a tamanho isolamento que acabam por esquecer o problema do outro, de forma que o oprimido torna-se opressor. Por esses motivos Patricia Hill Collins, assim como outras autoras, recrimina premissas competitivas entre os excluídos que criam hierarquias entre eixos de opressão, como se houvesse uma escala de sofrimento e violação. O que oprime mais, o Capitalismo, o Patriarcado, o Racismo? São questionamentos como esses que enfraquecem as pautas que, em verdade, deveriam ser analisadas interseccionalmente, sem ignorar as opressões sofridas por uma e outra classe, a fim de se fortaleçam umas nas outras.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisam-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas (AKOTIRENE, 2019, 27).

Não há que se falar em hierarquias de opressão, já que elas não existem, ainda que nítidas as diferentes formas de ser oprimido, isso não revela ser uma opressão superior a outra, pelo contrário, a dor do outro não é menor que a minha e vice-versa. As identidades podem se sobressair a depender do local e do tempo em que estão inseridas, mas é a partir da interseccionalidade que buscaremos formas de

solucionar os problemas que se sobrepõem, analisando esses pontos de cruzamento entre as vias conjuntamente.

Audre Lorde em seu ensaio “Não há hierarquia de opressão” afirmou que por ser negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, e membro de um casal inter-racial, por vezes foi taxada como desviante, mas foi exatamente por participar de todos esses grupos que notou como a opressão e a intolerância vêm de todos os tamanhos e formas, cores e sexualidades. E para que os objetivos de cada um desses grupos sejam alcançados eles não podem se vir como locados em uma hierarquia, assim como não podem permitir e acreditar na libertação de apenas um grupo. A autora defende que não há de se escolher qual batalha lutar, e sim as combater de forma uníssona, já que uma opressão não espera a outra para se realizar (LORDE, 2019).

Nesse sentido, torna-se possível compreender que é lançando mão da interseccionalidade que se cria um cenário significativo que afasta as feministas, os movimentos raciais e diversos outros movimentos sociais, de interpretações reducionistas e/ou essencialistas que perpetuam a ignorância acerca de outras formas de opressão. Assim, o feminismo interseccional propõe relacionar conceitos de gênero, raça e classe, demonstrando as especificidades de cada mulher, dentro do contexto histórico em que se insere. Portanto, não há de se falar em mulher como um conceito universal, já que cada uma delas possui o seu próprio ponto de partida.

Considerações finais

Ao procurar atender o seu objetivo geral essa pesquisa buscou contribuir para os estudos das relações de raça e gênero e sobre as hierarquias de opressões. Nesse sentido, alertou acerca da necessidade de um feminismo interseccional, para a reflexão das articulações de raça e gênero no movimento e na teoria feminista. Questionar o ideal da mulher universal é necessário para que o feminismo possa alcançar igualdade para todas e por isso é sempre relevante levar em conta as intersecções. Desse modo, tirar as pautas da invisibilidade e analisá-las sob uma perspectiva interseccional mostra-se fundamental para que se possa abandonar análises simplistas e para que se rompa com o discurso da universalidade que serve apenas para manter a estrutura patriarcal da sociedade e continuar oprimindo mulheres. Além disso, a interseccionalidade se apresenta como fundamental para

desarticular e não hierarquizar opressões. Sendo assim, os conceitos de gênero e raça, dentre outros, precisam ser analisados de maneira interseccional, para que possa dar voz e representação às especificidades existentes no contexto de cada mulher.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén Livros, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Trad. Bianca Santana. *Revista: Parágrafo*, São Paulo, v.5, n.1, jan/jun. 2017.

COMBAHEE-RIVER-COLLECTIVE. 1995. A Black Feminist Statement. In: GUY-HEFTALL, Beverly (org.). *Words of Fire: An Anthology of African-American Feminist Thought*. New York: The New Press, p. 232-240, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Boitempo Editorial, 2018

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, 2016.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. *Sojourner Truth*. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>. Acesso em: 07 de maio de 2021

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TERRA, Bibiana; SOUZA, Larissa Faria de. Interseccionalidade e Movimento Feminista: Uma análise entre os conceitos de gênero, raça e classe. *Revista Ilustração*, v. 2, n. 1, p. 15–27, 2021. Disponível em: <http://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/47> Acesso em: 24 abr. 2021.